

POTÊNCIA REGIONAL

- Chefes de Executivo dizem que vão lutar unidos contra a operação do serviço de mototáxi no Grande ABC
- Prefeito Ricardo Nunes comparece a encontro e afirma que Capital vai integrar colegiado como associada
- Tite Campanella encaminha para Câmara projeto de lei que repõe a cidade de S.Caetano no Consórcio



ENCONTRO. Tite Campanella, Marcelo Oliveira, Gilvan Junior, Ricardo Nunes, Marcelo Lima, Guto Volpi, Taka Yamauchi, Akira Auriemi e Aroaldo Silva participaram da reunião

Com os sete prefeitos da região e mais o chefe do Executivo de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), ocorreu ontem uma prévia do que será o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Tite Campanella (PL) encaminhou à Câmara de São Caetano o projeto que autoriza a volta ao colegiado, enquanto Nunes ocupou a cadeira que a Capital terá direito. Em conjunto, eles manifestaram contrariedade ao serviço de mototáxi por entenderem que a prática coloca seus usuários em risco e definiram a estratégia de ação. "Isso foi discutido na reunião e, portanto, ficou decidido que cada prefeito tomará decisão individual", explicou o presidente da entidade, Marcelo Lima (Podemos). Outro ponto importante no encontro foi a questão das divisões. Ficou acertada a criação de um grupo de trabalho com intuito de discutir ações coordenadas para os limites da região com a Capital. Segurança Pública, precatórios e Enel foram temas abordados. **Política 4**

Grande ABC se une a Ricardo Nunes contra serviço de mototáxi

Regulamentação foi discutida entre os oito prefeitos durante reunião no Consórcio Intermunicipal e cada município se posicionará sobre o tema

BRUNO COELHO

brunocoelho@dgabc.com.br

Na primeira visita do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), como associado ao Consórcio Intermunicipal ontem, o presidente da entidade regional e prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima (Podemos), afirmou que as sete cidades são contrárias ao serviço de mototáxi. Segundo podemista, cada município adotará medidas que vão de encontro à modalidade defendida pelas empresas de aplicativo Uber e 99.

Ao lado de Nunes e dos outros seis prefeitos do Grande ABC, Marcelo Lima explicou que o tema é unânime entre os prefeitos da região e que o serviço não oferece segurança aos passageiros. Outra argumentação contra a modalidade vem da lei federal 12.587/2012, que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá autonomia aos municípios para regulamentar e fiscalizar o serviço de transporte remunerado, privado e individual de passageiros. "É unânime que devemos levar segurança às pessoas e da forma que é feito esse ser-



PERIGO. Prefeitos citam falta de segurança e aumento de acidentes

viço, todos os prefeitos já se posicionaram contrariamente. Até porque a lei não permite. Isso foi discutido na reunião e, portanto, ficou decidido que cada prefeito tomará decisão individual, até para dar mais força a esse debate por meio da ação direta de inconstitucionalidade movida pelo prefeito Ricardo Nunes, que está sendo julgada. Os prefeitos adotarão posicionamento favorável a essa ação, e contrário ao serviço", assegurou Marcelo Lima.

COLABORAÇÃO

Em guerra declarada ao serviço de mototáxi desde o início do ano, Nunes afirmou que o tema foi discutido durante a reunião realizada no Consórcio e espera a colaboração dos prefeitos do Grande ABC na ação contra a modalidade na Justiça.

O prefeito paulistano reforçou os argumentos com a lei federal 12.587/2012, por meio do artigo 11-B, o qual afirma que o serviço de transporte remunerado individual é permitido para quem

tem CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria B (que inclui automóveis).

"Está na lei federal. Ao contrário do que a Uber e a 99 dizem que a lei federal autoriza (o serviço), na verdade desautoriza. Inclusive no artigo 11B, fala que (o serviço) só pode ter motorista de categoria B (veículos motorizados de passeio, picapes e utilitários) e não de categoria A (motocicletas). Portanto, não pode ter moto", enfatizou o emedebista.

Outro fato citado por Ricardo Nunes é o número de acidentes e mortes na Capital, envolvendo o uso de motocicletas. "O que a gente deseja é que as pessoas possam trabalhar, ter o seu ganhão, mas não podemos incentivar uma atividade que vai gerar acidentes e mortes, ocasionando aos municípios serviços de urgência e cirurgia lotados, como aconteceu em São Paulo, que saltou de 403 óbitos só de moto em 2023 e foi para 483 para 2024. Subiu 20%, mesmo com a faixa azul", disse.

Em janeiro, reportagem do **Diário** mostrou que desde 2021, quando serviço de mototáxi por aplicativo ficou à disposição no Grande ABC, a quantidade de óbitos envolvendo motociclistas no trânsito cresceu 15% e 10% nos anos subsequentes, respectivamente.

De acordo com dados do Infospiga, sistema de monitoramento do governo estadual gerenciado pelo Detran-SP (Departamento de Trânsito de São Paulo), as sete cidades contabilizaram 3.726 acidentes em 2021, ante 4.287 ocorrências no ano passado. Quanto às mortes envolvendo motociclistas e passageiros, os casos passaram de 92 em 2021 para 102 em 2024.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 4